

## **A ressignificação e a participação infantil: um estudo com crianças da Vila Emília na cidade de Maringá – PR, Brasil**

Fabiana Moura Arruda\*, Verônica Regina Muller\*\*

---

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil

### **Resumo**

Esta investigação tem como objetivo analisar como as crianças ressignificam suas vivências, ou seja, atribuem outros significados à suas atividades, materiais e espaços urbanos. Também foi de interesse discutir as formas de participação infantil delas em seu tempo livre. O trabalho caracteriza-se como qualitativo com a utilização de técnicas etnográficas. Realizamos observações e entrevistas com crianças da Vila Emília, um bairro de classe social baixa da cidade de Maringá – PR (Brasil). Adotamos a Sociologia da Infância como referencial teórico. A partir da teoria estudada, buscamos estabelecer relações com a prática lúdica das crianças no bairro, durante a fase de campo. As crianças em suas experiências lúdicas e relações sociais ressignificam o mundo a sua volta, dando outros sentidos as situações que vivem no cotidiano. A partir do que é dado e imposto pelo mundo adulto, elas buscam reconstruir a sua realidade. Além disso, são sujeitos de direitos que podem participar das decisões que fazem parte da sua vida. Porém, a maioria das decisões que envolvem as crianças é tomada por adultos, que não escutam e respeitam as suas vozes e ideias. Dessa forma, elas ainda são vistas como seres irracionais, irresponsáveis, incompletos e incapazes de opinar e decidir em assuntos de sua vida. Essa visão de que os adultos devem decidir pelas crianças deixa de lado o exercício pleno de sua cidadania. As crianças são sujeitos concretos, com modos particulares de significar a realidade circundante, mesmo vivendo em contextos marcados por injustiças e desigualdades sociais. Nesse sentido, precisamos rever nossas práticas com as crianças, de modo a promover sua efetiva participação.

**Palavras-chave:** Crianças. Ressignificação. Participação infantil. Sociologia da Infância. Direitos.

---

\* Graduada em Educação Física e Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

\*\* Professora Doutora do Departamento de Educação Física e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

## Summary

***The redefinition and child participation: a study with children of the Villa Emilia in Maringá - PR, Brazil.*** Fabiana Moura Arruda, Verônica Regina Müller. **This research aims to examine how children resignify their experiences, or attach other meanings to their activities, materials and urban spaces. It was also of interest to discuss ways of involving their children in their free time. The paper is designed as qualitative with the use of ethnographic techniques. We observed and interviewed children from the Villa Emilia, a neighborhood of low-income, city of Maringá - PR (Brazil). We adopt the Childhood Sociology as a theoretical framework. Based on the theory studied, we sought to establish relations with the practice of entertaining children in the neighborhood, during the field phase. Children in their recreational experiences and social relations resignify the world around them, giving directions to other situations in their daily lives. From what is given and imposed by the adult world, they seek to rebuild their reality. Besides, they are people who have rights and can participate in decisions that are part of their lives. However, most decisions involving children are taken by adults who do not listen and respect their voices and ideas. Thus, they are still considered as irrational, irresponsible, incomplete and incapable of opinion and decide on matters about their lives beings. This image which adults should decide for the children left out the full exercise of their citizenship. Children are concrete subjects, with particular ways of signifying the surrounding reality, even living in environments filled by injustice and inequality. Therefore, we review our practices with children, in order to promote their effective participation.**

**Keywords:** Children. Resignifying. Child participation. Sociology of Childhood. Rights.

## Introdução

Neste trabalho buscamos conhecer como crianças de um bairro de classe social baixa, a Vila Emília, da cidade de Maringá – PR, Brasil, vivem suas infâncias, procurando evidenciar e discutir a ressignificação de conteúdos que a criança elabora e as formas de participação delas em seus momentos no tempo livre. Para tanto, utilizamos a Sociologia da Infância como principal referencial teórico.

De acordo com Paula (2004), as crianças diferenciam-se da lógica dos adultos em suas formas de pensar, imaginar, falar, agir, de se relacionar e de se expressar. Assim, elas interpretam e agem de maneira diferente no mundo, transformando a organização e a estrutura da realidade em que vivem.

As crianças em suas práticas lúdicas e relações sociais ressignificam o mundo a sua volta, dando outros sentidos as situações que vivenciam no cotidiano. A partir do que é dado e imposto pelo mundo adulto, elas buscam reconstruir a sua realidade. Nesse sentido, as crianças não aceitam e reproduzem a cultura adulta como uma cópia, mas a modificam e dão a sua “cara”, reinventando do seu jeito, a sua cultura.

A Sociologia da Infância considera as crianças como sujeitos de direitos que podem e devem opinar e participar das decisões que fazem parte da sua vida (NASCIMENTO, 2007). Dessa maneira, segundo Soares et al (2004), este campo de estudo assume a centralidade da participação infantil para a definição de um estatuto social da infância.

O interesse da nossa investigação foi analisar como as crianças ressignificam suas vivências, ou seja, como dão outros significados à suas práticas lúdicas, materiais e espaços urbanos. Também discutimos as formas de participação infantil delas em um bairro de classe social baixa, durante o seu tempo livre. Consideramos importante a temática abordada, pois reflete nossos pensamentos e preocupações em relação às crianças, sujeitos concretos. Optamos por pesquisar como elas vivem suas infâncias por entendermos que mesmo diante de tantas adversidades e desigualdades sociais, são capazes de atuar como sujeitos ativos no contexto em que vivem.

O trabalho caracteriza-se como qualitativo, com a utilização de técnicas etnográficas. A partir da teoria estudada, buscamos estabelecer relações com a realidade investigada. O bairro escolhido, a Vila Emília, caracteriza-se por apresentar espaços danificados, precários e com muita sujeira.

A fase de campo iniciou-se com as observações. Foram realizadas quatro ao todo, durante o mês de abril do ano de 2009. O foco foram as crianças no seu tempo livre cotidiano, durante suas práticas lúdicas. Ao todo, observamos treze crianças, na faixa etária de cinco a treze anos, de ambos os sexos.

Utilizamos uma metodologia que promovesse a participação das crianças. Para tanto, utilizamos brinquedos que tratam de temáticas como: brincadeiras, infância, participação e desigualdades sociais. Estes brinquedos estão localizados no Laboratório de Pesquisa do Lúdico do Departamento de Educação Física (DEF) na Universidade Estadual de Maringá (UEM). São construídos por estudantes do curso. Escolhemos três brinquedos que mais se adequavam a pesquisa, cujos nomes são: “Queda do Poder”, “Construtor de liberdade” e “DiscriminaNão!”. Vale ressaltar que em nenhum deles o participante perde ou ganha o jogo.

A partir dos brinquedos entrevistamos oito crianças da Vila Emília, sendo duas do sexo masculino e duas do sexo feminino, com idades entre 7 e 10 anos. Os brinquedos serviram para deixá-las mais a vontade para falar de assuntos que fazem parte do seu cotidiano. Tínhamos um roteiro de entrevista, porém, a conversa ocorreu informalmente, dando espaço para expressarem suas opiniões, necessidades e vontades. Elas foram convidadas a participar e os pais e ou responsáveis autorizaram por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>1</sup>. Seus nomes foram preservados, sendo utilizados somente as letras iniciais e suas idades.

Devido ao exíguo espaço deste artigo, explicaremos apenas um brinquedo utilizado por nós com sua respectiva foto abaixo para melhor ilustração:



Este brinquedo, chamado “Queda do Poder”, tem caráter não competitivo, promove a cooperação e busca fazer os sujeitos refletirem sobre a sociedade capitalista, por meio da mediação do educador que tem a oportunidade de questionar as crianças sobre as brincadeiras, trabalho infantil e espaços urbanos. O brinquedo apresenta perguntas referentes às brincadeiras,

---

<sup>1</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – COPEP (CAAE Nº. 0077.0.093.000-09).

brinquedos industrializados, coletividade, individualismo e espaços urbanos. No início, o mediador entrega a cada criança participante um boneco verde e realiza as questões para elas. As respostas das perguntas devem ser no sentido de negar a lógica capitalista; caso isso não ocorra, o boneco delas não poderá subir. Dada a resposta negando à lógica, a criança subirá com o seu boneco no sentido crescente até o topo. Ao chegar, as crianças só poderão soltar uma trava que segura a pirâmide e abre a caixa, quando as duas chegarem. Elas deverão, ao mesmo tempo, puxar as travas que se encontram abaixo da pirâmide para que as paredes da caixa abram. Nesse momento, a pirâmide cai e o boneco voa. Ao abrir a caixa, existem duas maquetes construídas, representando uma sociedade mais igualitária e solidária, com brincadeiras cooperativas e espaços urbanos onde todos podem participar e usufruir.

Os brinquedos empregados na investigação necessitam da ação de um educador durante sua dinâmica, que instrui sobre o modo de brincar e provoca questionamentos que levem à criança a reflexão da temática abordada pelo brinquedo. Como a autora desse trabalho faz parte do Projeto Brincadeiras<sup>2</sup>, escolhemos duas educadoras<sup>3</sup> deste projeto para auxiliar durante a vivência com os brinquedos.

Cada educadora elaborou um relatório minucioso a partir das experiências, falas e comportamentos das crianças durante a prática com o brinquedo. Os relatórios das entrevistas<sup>4</sup> foram de acordo com a experiência no campo de pesquisa. A pesquisadora deste trabalho elaborou um relatório geral para complementar as informações e dados. As interações com os brinquedos foram feitas em uma calçada da Vila. Os brinquedos foram organizados no chão e cada educadora ficou com um. Chegamos por volta das 14hs do sábado (dia 11/07/2009). O dia estava frio e nublado. Com a chuva, durante as entrevistas, tivemos que entrar no quintal da casa de uma criança, com a autorização de sua mãe. A chuva poderia estragar os brinquedos e atrapalhar, entretanto, conseguimos dar continuidade na garagem da casa com as outras crianças.

Nossa investigação partiu do olhar das crianças, tendo como princípio escutá-las sobre questões que envolvem suas infâncias. No decorrer do trabalho trazemos registros das observações, as falas das crianças nas entrevistas e a fundamentação teórica com a análise das informações. A seguir apresentamos uma breve caracterização da cidade de Maringá e do bairro pesquisado. Em seguida, discutimos a ressignificação da infância e, posteriormente, as formas de participação infantil. Assim, buscamos evidenciar a importância de se estudar as crianças, a partir de si próprias, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e com modos particulares de expressão.

## **Conhecendo o campo de estudo**

Neste momento descrevemos a cidade e o bairro onde realizamos o estudo com o objetivo de apresentar o contexto onde se desenvolveu a pesquisa.

Maringá é uma cidade localizada ao norte do Estado do Paraná, que fica na região sul do Brasil. Segundo o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano 2007 a população da cidade era de 325.968 habitantes, sendo que 283.792 de moradores viviam na área urbana. As pessoas em situação de pobreza<sup>5</sup> eram em torno de 26.453 de acordo com o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), porém este dado refere-se ao ano 2000, quando a população ainda era de

---

<sup>2</sup> Projeto de extensão do Departamento de Educação Física (DEF), vinculado a Universidade Estadual de Maringá (UEM), que tem como objetivo principal oferecer aos meninos e meninas em situação de rua de Maringá e Região, a oportunidade de brincar de forma orientada. O projeto é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica R. Müller.

<sup>3</sup> As educadoras que fizeram parte deste trabalho são: Gisele Montagnole (Acadêmica do 1º ano do curso de Pedagogia da UEM) e Verônica Pradella (Acadêmica do 4º ano do curso de Psicologia da UEM).

<sup>4</sup> Os relatórios elaborados após a fase de campo estão com as iniciais de cada educadora. Assim, Gisele Montagnole (G.M.), Verônica Pradella (V.P.) e Fabiana Moura Arruda (F.M.).

<sup>5</sup> Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo (IPARDES, 2007).

288.653 habitantes. Portanto, não encontramos o mesmo dado referente ao ano de 2007, no qual o censo do IBGE apontou um aumento significativo na população maringense.

Segundo Rodrigues (2004b) Maringá se classifica como uma cidade de porte médio, caracterizada por um modelo de urbanização núcleo-periferia. No centro localizam-se a elite e a classe média alta da população, já na área periférica, estão a classe média baixa e baixa. A cidade é a sexta colocada do Estado em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, Rodrigues (2004) aponta que no ano 2000 em Maringá, a partir de dados do IDH-M (Índice Municipal de Desenvolvimento Humano), 45% da riqueza produzida na cidade concentrava-se nas mãos de 10% da população mais rica do município. Dessa maneira, vem acentuando o número de pessoas pobres ao mesmo tempo em que aumenta a concentração da renda.

Em relação à hierarquia social e econômica nos espaços urbanos, Neto et al (2007) mostram que Maringá afasta a população de menor renda para cidades vizinhas como Sarandi e Paiçandu, excluindo de seus moradores o acesso pleno e democrático à cidade com igualdade a todos os cidadãos, caracterizando sua segregação e elitização. Para esses autores, a produção do espaço urbano de Maringá seguiu desde o início a uma orientação que reproduziu processos de desigualdade social. Serviços como educação, saúde e lazer são ofertados em apenas alguns bairros da cidade, excluindo parte dos moradores do acesso a eles, como no caso do bairro investigado.

A Vila Emília é um bairro pequeno e periférico com apenas uma rua principal e cinco ruas perpendiculares. Em relação às instalações, observa-se a presença de um Centro Municipal de Educação Infantil, um bar, um cabeleireiro e uma igreja. O bairro não apresenta posto de atendimento à saúde.

As casas de lá são em sua maioria, pequenas e antigas, com muros baixos, inacabadas, com pinturas velhas ou sem pintura, feitas de tijolos ou de madeira. Algumas possuem quintais de terra, onde ficam penduradas as roupas para secar. Pouquíssimas casas têm lixeiras em frente. As calçadas são esburacadas, com sujeiras, resto de materiais de construção como tijolos, pedras e pedaços de madeira. Outras possuem galhos de árvores cortados. A maioria é feita de concreto e com buracos. Outras são de terra com muitas pedras soltas.

Nos terrenos baldios há muito lixo. O terreno em que observamos mais crianças brincando fica numa esquina da rua principal. O espaço é grande, com grama alta nos cantos e o centro é de terra. Possui um muro baixo feito de tijolos. Em seu interior podemos observar muita sujeira como: colchão velho, latas de refrigerante, garrafas pet e de vidro, tijolos, pedaços de borracha, papel e madeira.

Os moradores da Vila são, majoritariamente, de classe social baixa e de etnia branca e negra. A maior parte não possui automóvel, de modo a usarem os ônibus urbanos. No fim da tarde é grande o movimento de adultos voltando do trabalho ou da escola com os filhos em bicicletas. Os moradores são bem comunicativos, pois em todas as oportunidades de conversa com adultos e crianças, eles se mostraram simpáticos, acolhedores e dispostos a nos dar informações e contribuir com a pesquisa. Não tivemos problemas com habitantes que não quisessem conversar ou mostrassem constrangimento com a nossa presença. A maioria se mostrou alegre e solidária; em nenhum momento registramos cenas de tristeza, brigas ou discussões entre vizinhos ou familiares. As crianças e adultos possuem roupas e calçados simples. As crianças, quando estavam nas ruas, usavam sempre chinelos ou sandálias, com pés e mãos sujos de terra.

Com as observações pudemos conhecer o horário de maior e menor fluxo de pessoas no bairro. Durante a semana, na parte da manhã, dificilmente encontramos alguma criança, apenas adultos e idosos em pequena quantidade. Nesse período, as crianças estão na escola e os jovens e adultos trabalhando. A partir das 17hs o movimento nas ruas cresce. As crianças começam a chegar da escola, algumas a pé, outras de ônibus, sozinhas ou acompanhadas por outras crianças ou adultos. Mulheres e idosos começam a circular em frente às casas. No início da noite, o movimento aumenta com a chegada de jovens e adultos do trabalho. Até as 20hs, ainda é grande o movimento das crianças nas ruas brincando e conversando.

Outra característica que nos chamou atenção foi em relação aos finais de semana, em que o número de crianças brincando e de adultos conversando nos espaços do bairro é ampliado.

Por volta das 14hs, as crianças saem para brincar e os adultos ficam em frente às casas em rodas de conversa. Nos fins de semana, portanto, as crianças ocupam com maior intensidade os espaços. Liberadas de seus afazeres escolares que tomam grande parte do tempo durante a semana, elas aproveitam para realizar com maior frequência suas brincadeiras. Como as famílias são de baixa renda, as crianças e adultos passam o tempo livre no próprio bairro. Elas usam e brincam intensamente nas ruas, calçadas e terrenos.

### **As crianças ressignificando suas experiências no bairro**

A criança sofre muita influência da cultura adulta e do meio em que vive, porém, ela é capaz de pensar e agir de forma particular. Ela consegue ressignificar o universo a sua volta, pois isso é próprio da sua natureza. A criança, como produtora de cultura, organiza-se conforme permite o mundo que lhe é dado viver, sem, contudo, perder o que é próprio desta cultura que por ela mesma é construída. Ela dá novos significados à realidade, seja para suas brincadeiras, relações sociais, comportamentos e espaços urbanos.

Para Tomás (2006, p.27), as crianças participam da cultura por meio do “[...] processo de apropriação de informação do mundo adulto que traduzem e inserem nos seus mundos, não por um processo de imitação, mas de reinvenção”. As crianças brincam a partir do que faz parte da sua realidade. Na falta de objetos, condições e estruturas físicas adequadas, usam a criatividade para brincar, como ilustrado no registro do diário de campo citado abaixo:

F. (5 anos) e R. (8 anos) chutavam uma garrafa pet vazia, dizendo que estavam jogando futebol. Depois decidiram brincar de lançar a garrafa por cima de um ponto de ônibus, sendo que um ficava na rua e outro no terreno (Registro de campo, 18/04/2009).

Nesse sentido, na falta de uma bola para brincar de futebol, as crianças improvisaram com outro material que estava disponível para elas naquele momento. Ou seja, não deixam de brincar; brincam com o que tem e com a imaginação.

De acordo com Burnier (2007), as culturas da infância possibilitam às crianças ressignificar a realidade, numa relação que permite a construção de ideias, representações e ações sobre o cotidiano. A cultura infantil se desenvolve por meio da interação entre pares e da forma como a criança extrai os símbolos e códigos culturais do contexto em que vive, criando e recriando o seu cotidiano, sua cultura e vivenciando o mundo a sua maneira.

Para Sarmiento (2005) as crianças, em suas relações com adultos, recebem regras, crenças, conhecimentos e hábitos que não são aceitos e incorporados passivamente, mas são “[...] transformados, gerando juízos, interpretações e condutas infantis que contribuem para a configuração e transformação das formas sociais” (SARMENTO, 2005, p. 21). Sendo assim, as crianças não aceitam e reproduzem simplesmente a cultura imposta pelos adultos, mas ressignificam e dão outros sentidos a ela, a partir de suas leituras, interpretações e práticas no mundo. Embora a cultura infantil seja permeada por outras manifestações culturais, as crianças produzem ações com sentido próprio, o que lhes faz apreender a realidade a sua volta com significados diferentes.

Vasconcellos (2007) defende a necessidade de repensarmos nossas pesquisas e práticas com as crianças, as quais seguem, na maioria das vezes, com discursos tradicionais. Nesse sentido, é importante avançarmos para o entendimento das crianças como sujeitos capazes de produzir culturas, com modos próprios de ressignificar a vida. O registro do diário de campo citado abaixo ilustra tal afirmação:

R (8 anos) foi até o terreno baldio, pegou um punhado de mato e colocou dentro do papel, transformando-o em peteca. Brincou um pouco e a transformou em *boomerang*. Depois disso, voltou novamente ao terreno baldio e ficou durante cinco minutos procurando algo. Enquanto isso F. (5 anos) ficou brincando de “bola” com a garrafa pet na calçada. R. voltou com um pedaço de galho de

árvore e fez um estilingue. Ele tinha um elástico em seu braço e logo inventou outra brincadeira. Os dois brincaram juntos atirando pedaços de borracha (Registro de campo, 18/04/2009).

É de grande importância que reconheçamos que os significados atribuídos pelas crianças às suas experiências e relações sociais, são formas singulares de intervenção e expressão de sua cultura. Elas são sujeitos com histórias particulares, com modos próprios de ressignificação, mesmo vivendo em contextos marcados por injustiças e desigualdades sociais

### **Formas de participação infantil**

A Sociologia da Infância tem como eixo principal de seus estudos a defesa de que a criança pode participar na sociedade como sujeito ativo (Castro, 2007). As crianças são compreendidas como capazes de opinar e participar de decisões e escolhas que afetam suas vidas, reconhecidas como sujeitos de direitos. Nesse sentido,

[..] criança não é mero receptor das influências a que está sujeita, é também um actor em contínuo desenvolvimento e com opinião própria e ponto de vista e, que importa ter em consideração sempre que são abordadas questões que lhes digam respeito (TOMÁS, 2006, p. 184).

Vasconcellos (2007) aborda a necessidade dos pesquisadores em compreender os diversos modos de vidas das crianças em diferentes culturas, como também as estratégias utilizadas por elas para lidar com o mundo infantil e adulto. As crianças criam entre si maneiras para conviver com hábitos, regras e com a realidade circundante, constituindo formas particulares de compreensão e ação no mundo.

A partir das observações realizadas podemos inferir que as crianças da Vila Emília decidem entre si do que e como brincar. Não há nenhum adulto lhes dizendo o que podem ou não fazer. As crianças constroem entre si “jeitos” para fazer o que querem e o que não querem. As estratégias são formas de participação delas no mundo. Elas também sabem respeitar as regras, por exemplo, quando carros passam nas ruas. Ao mesmo momento, param a brincadeira, esperam o carro e continuam a brincar. Provavelmente ninguém lhes ensinou isso; elas aprenderam com a prática lúdica no bairro. Sabem que não podem deixar lixo no chão. Após as brincadeiras, elas recolhem o material usado, guardando-o ou jogando nas lixeiras.

R. (8 anos) pegou a “bola” (garrafa pet) e disse que ia fazer embaixadinha. Ele foi na rua e brincava, ao mesmo tempo, passavam carros e ele parava, subindo na calçada. O carro ia embora e ele voltava na rua para brincar. Isso se repetiu por muitas vezes até ele e seu irmão decidirem brincar somente em cima da calçada (Registro de campo, 18/04/2009).

No entanto, a partir de pesquisas realizadas na Sociologia da Infância (Delgado; Müller, 2005; Soares, 2006), a maioria das decisões que envolvem as crianças na atualidade é tomada por adultos, que não escutam e respeitam as suas vozes e ideias. As crianças ainda são vistas como seres irracionais, incompletos e incapazes de opinar e decidir em assuntos de sua vida. Essa visão de que a criança precisa de proteção e os adultos devem decidir por elas deixa de lado o exercício da autonomia e da participação. Para romper com esse paradigma temos que reconhecê-las e respeitá-las como sujeitos de direitos que têm voz, ideia e valor e que, portanto, podem participar na sociedade.

A participação infantil implica na compreensão das crianças como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento (MÜLLER, 2007) e não apenas como seres imaturos que não podem participar da vida social. Tomás (2006b) afirma que as crianças como um dos grupos

sociais mais excluídos pelo processo de globalização precisam ser incluídas nas tomadas de decisões.

Füllgraf (2001) também aponta a questão problemática e polêmica da infância em nossa sociedade. A maioria das crianças vive em situações adversas com precárias condições de vida. Daí a necessidade de respeitarmos os seus direitos, levando em consideração as suas diferenças individuais, sociais, culturais, econômicas, étnicas e religiosas.

Segundo Tomás (2006), a partir do século XX, surgiu uma nova consciência social em relação à infância devido aos esforços para promover e garantir na lei os direitos da criança, dentre eles a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989. A Convenção representa uma mudança na compreensão dos direitos infantis, pois implicou em determinações e normas aos países que dela participaram. Ela traz um enfoque diferente em relação aos direitos, constituindo-se um documento com uma nova percepção sobre infância (SOARES, 2005). A criança passa a ser considerada legalmente como cidadã, sujeito de direitos. Neste documento, no âmbito da participação infantil:

[...] são identificados os direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito (SOARES, 2005, p. 5).

Tomás (2006) afirma que a Convenção apresenta-se como exemplo principal na tentativa de regular a infância no âmbito internacional. Todavia, existe uma grande distância entre o documento e a realidade de milhões de crianças. Füllgraf (2001), nesse sentido, problematiza que os direitos infantis reconhecidos na lei garantiram um avanço no campo jurídico, porém tais avanços precisam ser concretizados em ações e políticas para a infância. Assim, as crianças precisam ter assegurados seus direitos, dentre eles o de uma verdadeira participação, sendo reconhecidas como capazes de intervir ativamente, com suas expressões e pontos de vista.

Diante da Convenção dos Direitos da Criança, foi implementado, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, Lei 8.069/90 (Füllgraf, 2001), o qual concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. O ECA representa o resultado da crescente valorização que a infância tem assumido e, também, a necessidade de efetivar um conjunto de direitos a todas as crianças brasileiras. Com o Estatuto, a sociedade passou a dividir com o Estado a responsabilidade de colocar crianças e adolescentes como prioridades absolutas. De acordo com o ECA (Brasil, 1990), no artigo 4:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (p. 19).

Os direitos das crianças precisam ser respeitados e colocados em prática. Nossa preocupação em falar da participação infantil implica em falarmos dos direitos das crianças. O artigo 16 do Estatuto afirma o direito à liberdade da criança, compreendendo aspectos como: ir, vir e estar em espaços públicos, opinião e expressão, participação na vida familiar, comunitária e na vida política.

Durante as observações na Vila Emília, o que também nos chamou a atenção foi a relação dos adultos com as crianças. Durante uma observação, três crianças estavam brincando na rua com uma moradora tomando conta delas, como descrito abaixo no diário de campo:

Andei um pouco pelo bairro e logo avistei três crianças brincando na rua, em frente a casa de uma moradora que cuida de crianças quando os pais estão trabalhando. Ela estava sentada em uma cadeira em



frente à sua casa com os portões abertos (Registro de campo, 18/04/2009).

O que podemos destacar é que as brincadeiras e o uso dos espaços não eram orientados e organizados pela moradora. Ela apenas estava ali para tomar conta das crianças enquanto brincavam, mas não impôs nenhuma regra. As crianças tomaram a decisão a respeito de suas brincadeiras e espaços. Percebe-se uma relação adulto/criança marcada pelo cuidado e não pela exigência e definição de regras. Revela uma atitude compreensiva e respeitosa por parte daquela adulta com o mundo infantil no bairro.

Entretanto, Tomás (2006) afirma que a infância ainda é vista como um período onde as crianças sabem menos, têm menos força e experiência comparadas aos adultos e que, portanto, não devem ser escutadas. Não podemos comparar as crianças com os adultos, pois cada geração possui seu conhecimento e suas experiências que vão adquirindo durante a vida. As crianças não são melhores ou piores que os adultos; são apenas diferentes, pois possuem características próprias.

Em algumas entrevistas, pudemos perceber a relação adulto/criança no bairro também marcada pela imposição de regras, horários e limites no que diz respeito aos espaços das brincadeiras, como destacado no relatório abaixo:

Quando perguntei às crianças sobre onde costumam brincar no bairro, as duas me disseram que só em frente de casa e no quintal. Logo depois, D. (9 anos) disse: “só no quintal mesmo, porque agora...nós te contou né?”. Eu disse que sim. A menina estava se referindo a um estupro que ocorreu no bairro na semana anterior, onde um homem violentou uma menina de 11 anos na casa dela enquanto a mãe trabalhava. As crianças me contaram tal acontecimento no dia em que fui entregar os convites das entrevistas e o Termo de Consentimento. A moradora que cuida de crianças no bairro também relatou sobre a história quando fui até a sua casa conversar com outras crianças (Relatório das entrevistas, F. M., 11/07/2009).

Fica evidente que a falta de segurança é um dos principais motivos para os adultos não permitirem às crianças brincar em qualquer lugar. O acontecimento relatado pelas crianças e pela adulta caracteriza a insegurança e a violência presentes na vida dos moradores de lá, impedindo as crianças de viverem de forma mais livre pelo bairro.

Durante a entrevista, as crianças disseram que podem brincar em casa e na calçada, e que têm liberdade para brincar quase todos os dias. Não podem ficar nas ruas porque uma de suas amigas, uma menina da rua vizinha, foi estuprada na semana anterior, então as crianças e os pais estavam preocupados. (...) e o fato de acontecer um estupro no bairro, mudou ainda mais a rotina das mesmas, agora elas não têm a mesma liberdade para brincar nas ruas, pois os pais estão ainda mais preocupados (Relatório das entrevistas, G. M., 11/07/2009).

Em outras entrevistas, identificamos a questão dos horários e locais permitidos às crianças para brincar no bairro:

M. (10 anos): “A minha mãe deixa só de dia na rua, mas de noite não”. Eu perguntei: “Sua mãe fala por que não pode?”, ela respondeu: “Ela fala: M. não brinca na rua porque tem muito homem, daí é perigoso”.

Em relação aos horários em que mais brincam, D.(9 anos) disse: “ahh de dia e a tarde”, eu perguntei se a noite ela não brincava e ela

afirmou: “de noite não...a noite a gente vê TV ou faz lição da escola” (Relatório das entrevistas, F.M., 11/07/2009).

Em algumas entrevistas ficou claro que algumas crianças só podiam mesmo brincar na calçada ou no quintal de suas casas, pois seus pais não as deixavam sozinhas brincando nas ruas do bairro. Nesse sentido, o mundo infantil ainda é organizado e planejado, em sua maioria, por adultos que muitas vezes, desconhecem as necessidades, preocupações e interesses das crianças.

Com a visão adultocêntrica, a sociedade ainda ignora as crianças e seu direito à participação, suas opiniões, pontos de vista e escolhas. Não podemos esquecer que as crianças não são meros receptores do mundo adulto, mas sujeitos com opiniões próprias que devem ser levadas em consideração (Tomás, 2006).

Na Vila Emília, em grande parte, as crianças saem sozinhas de casa e brincam entre elas sem a presença de adultos. As crianças possuem certa autonomia, pois o desenvolvimento das brincadeiras e o espaço que ocupam se dá por iniciativa e escolha próprias. Elas decidem do que, onde e que objetos serão necessários. No processo de decisão sobre a brincadeira “amarelinha”, por exemplo, as crianças negociaram entre si a ordem de quem começaria a brincadeira e como realizá-la.

De repente G.(10 anos) saiu e logo depois voltou com um pequeno pedaço de giz. As meninas começaram a desenhar no chão da calçada a amarelinha, mas o pedaço de giz era pequeno e então elas terminaram o desenho com uma pequena pedra que encontraram no chão. Na calçada tinha uma pequena rampa e um grande buraco, mas isso não as impediu de desenhar. Perto do buraco elas diminuíram o desenho e logo deram um jeito para brincar. Elas se organizaram entre si e decidiram a ordem de quem começaria. Rapidamente todas se envolveram na brincadeira (Registro de campo, 16/04/2009).

Esse é apenas um relato das observações feitas na Vila, no qual podemos inferir que as crianças participam de algumas decisões. A escolha das brincadeiras e espaços são formas de participação infantil. A partir de suas ideias e ações elas determinam suas práticas lúdicas no bairro. Por meio dos espaços disponíveis, elas constroem suas culturas, ressignificam o mundo a sua volta com suas brincadeiras e relações, constituindo-se como sujeitos sociais.

Nesse sentido, as crianças estão exercendo sua participação e autonomia, o que não significa que pratiquem plenamente a sua cidadania, pois em outras entrevistas, percebemos que elas não participam de todas as decisões que fazem parte de suas vidas. Suas vozes, desejos e necessidades nem sempre são escutados e atendidos pelos adultos, como no trecho do relatório que se refere ao brinquedo “Construtor de liberdade”:

Ao pegar a palavra “liberdade” F. (8 anos) colocou que queria ter. Perguntei por que e ela disse “ah na minha casa eu não tenho”, perguntei por que e ela disse: “queria fazer o que eu quiser, brincar na hora que quero, e não posso”. Perguntei a D. (9 anos) o que ela achava e ela disse também: “tenho que pedir também e não posso brincar em qualquer lugar, como na rua, só na calçada e quintal.” (...) Quando F. (8 anos) tirou a palavra “carinho”, disse que queria mais carinho de sua avó e irmão. “Não tenho muito isso na minha casa” (Relatório das entrevistas, V. P., 11/07/2009).

Esses relatos explicitam a vontade das meninas de ter mais liberdade e carinho em seu cotidiano. As falas mostram o anseio delas de viver em um ambiente familiar e comunitário que promova relações de afeto e liberdade.

Dessa maneira, pouco ainda temos feito pelas crianças visando mudar a difícil realidade em que elas se encontram, sem direito a opinar, falar sobre suas vontades, desejos e necessidades. A maioria delas continua vivendo num mundo marcado por desigualdades,

exclusão política, social, cultural e econômica. A participação infantil implica na participação das crianças em espaços de discussão e organização a respeito de suas necessidades, direitos, deveres, reconhecendo-as como capazes de tomar decisões em todas as esferas do universo infantil.

### **Considerações Finais**

Procuramos neste estudo apresentar e discutir as diferentes formas das crianças se expressarem e manifestarem suas opiniões e vontades, evidenciando os significados atribuídos por elas às suas práticas e relações durante o seu cotidiano. Nesse sentido, é de grande importância estudar as crianças a partir de suas vozes, compreendendo as mesmas como sujeitos de direitos que podem participar ativamente no contexto em que vivem.

Compartilhamos da defesa de Alderson (2007) de que as crianças são sujeitos ativos com capacidade para escolher, criar e resistir. Assim, “[...] já é tempo de respeitar as crianças e as suas capacidades e direitos” (ALDERSON, 2007, p. 26).

Exprimimos nossa preocupação e reconhecimento de que as crianças são capazes de participar de escolhas e decisões que afetam suas vidas. Em relação às crianças da Vila, elas têm seus direitos violados, pois, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, as crianças adquiriram certa autonomia para participar e tomar decisões (ALDERSON, 2007), na forma da lei. Soares et al (2004, p.7) afirmam que:

De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança, todas as crianças, em função de seu desenvolvimento etário, são capazes de dar opiniões, sendo-lhes assegurado o direito a serem ouvidas nos assuntos que lhes digam respeito.

Diante disso, precisamos repensar nossas práticas com as crianças, seja no âmbito educacional, social, cultural e político, pois será que estamos escutando o que elas têm a nos dizer? A teoria da Sociologia da Infância defende que a criança tem direito à participação e que sua voz deve ser levada em consideração em assuntos que fazem parte da sua vida. Em nosso estudo, procuramos dar ênfase a isso, explicando às crianças sobre a investigação, convidando-as para participar e apresentando suas falas no decorrer da pesquisa. As “vozes” das crianças nos mostram seus pontos de vista e necessidades. A participação infantil em escolhas informadas faz com que as crianças incorporem e apreendam seus direitos e possam vivê-los em seu cotidiano, além de praticar o exercício de criticidade, reflexão e avaliação das suas próprias decisões.

De acordo com Sarmento et al (2004) ao promover a participação das crianças estaremos, possivelmente, dando um passo na luta contra a desigualdade social e econômica, buscando um mundo mais justo e democrático para todos.

### **Referências**

- ALDERSON, P. Direitos e ritos institucionais: um século de infância. In: Zero-a-Seis, n. 15, jan./jul. 2007. Disponível em: < <http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/sumario15.html> >. Acesso em: 23 fev. 2010.
- BRASIL. Câmara dos deputados. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: lei 8.069, 13/07/1990, Lei 8.242, 12/10/2001, e Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- BURNIER, F. A. Espaços e infâncias. . In: I Simpósio Espaço e Educação, 2007, Juiz de Fora. *Anais...*: Juiz de Fora: FEME, 2007.
- CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. *Anais...* Disponível em: < [http://www.alb.com.br/anais16/sem13pdf/sm13ss04\\_02.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf) > Acesso em: 18 jul. 2008.

- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Abordagens Etnográficas nas pesquisas com crianças e suas Culturas. In: Reunião Anual de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2005, Caxambu. *Anais...*: Petrópolis: Vozes, v. 28. p. 1-17, 2005.
- FÜLLGRAF, J. B. G. *A infância no papel e o papel da infância*. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 27 out. 2009.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Perfil dos Municípios*, 2007. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87000](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87000)>. Acesso em 27 out. 2009.
- MÜLLER, V.R. *História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- NASCIMENTO, N. B. A cidade de São Paulo (Re) criada pelo imaginário e cultura lúdica das crianças: a participação infantil no espaço público. In: *I Congresso Internacional em Estudos da criança*, 2007, Barcelona, Espanha. *Anais...*: Barcelona, 2007.
- NETO, G. A. et al. Maringá 60 anos: presente e futuro. In: MACEDO, O. L. C. de. Et al (Orgs.). *Pensar Maringá: 60 anos de plano*. Maringá: Massoni, 2007.
- PAULA, E. de. Crianças e infâncias: universos a desvendar. In: *Zero-a-Seis*, Florianópolis, n. 10, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:VX3yieBHQdgJ:ced.ufsc.br/~zeroseis/elaine.doc+crian%C3%A7as+e+infancias+universos+a+disvendar&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 17 fev. 2010.
- RODRIGUES, A. L. Pobreza escancarada. In: *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufpr.br/noticias/alm4.pdf>>. Acesso em 25 out. 2009.
- RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. In: *Cadernos de Metrôpole*, n. 12, p. 95-121, 2º. Sem. 2004b. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/cm\\_artigos/cm12\\_60.pdf](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/cm_artigos/cm12_60.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2010.
- SARMENTO, M. J. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005.
- SARMENTO, M. J. et al. Globalização, Educação e (Re) institucionalização da infância contemporânea. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra – Portugal, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CatarinaTomas.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2009.
- SOARES, N. F. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da protecção e da participação. In: *Zero-a-seis*, Florianópolis, n. 12, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/2100/1780>> Acesso em: 29 mai. 2009.
- SOARES, N. F. A investigação participativa no grupo social da infância. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2006.
- SOARES, N. F. et al. *Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças*. In: Sixth International Conference on Social Methodology. Recent Developments and Applications in Social Research Methodology. Amsterdam, 2004. Disponível em: <[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/InvestigacaoDaInfancia.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/InvestigacaoDaInfancia.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- TOMÁS, C. A. *Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil*. 2006, 380f. Tese (Doutorado em Educação e infância). Universidade do Minho, 2006.
- TOMÁS, C. A. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 6, n.1, p. 41-55, jan./jun. 2006b.

VASCONCELLOS, V. M. R. de. Infâncias e crianças visíveis. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Orgs.). *Infância (in) visível*. Araraquara, SP: Junquera & Marin, 2007.

